

## **O PROINFO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL PARA AS ESCOLAS**

Dayana Ferreira Marques, *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*, [dayana\\_pb@hotmail.com](mailto:dayana_pb@hotmail.com); Ana Cláudia da Silva Rodrigues, *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*, [claudiacavn@yahoo.com.br](mailto:claudiacavn@yahoo.com.br)

**Resumo:** As novas tecnologias não se restringem apenas aos novos instrumentos tecnológicos presentes nos laboratórios de informática das escolas, elas estão presentes no dia-a-dia, por isso, em pleno século XXI, a escola ao utilizar os instrumentos tecnológicos, pode potencializar os significados no ensino e aprendizagem e a contribuição desse recurso no ambiente escolar. Este trabalho tem o objetivo de analisar a implementação do ProInfo no município de Bananeiras/PB. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso e para análise dos dados, utilizamos da forma descritiva, que vai apresentar a visão dos sujeitos da pesquisa sobre a implementação do ProInfo e as diretrizes que normalizam o programa nas escolas. A pesquisa foi realizada em duas escolas do Município de Bananeiras/PB contempladas pelo ProInfo. Nas análises dos dados segundo o Gestor da E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho” e a própria Secretária de Educação, a estrutura foi organizada para receber os computadores, mas o processo de instalação não foi concluído por falta de acompanhamento do técnico responsável. Como não houve o processo de instalação, a sala funciona hoje como espaço para os professores e outros fins. Diferentemente da E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho”, a escola E.M.E.F. “João Paulo II”, recebeu os computadores de informática, com as instalações necessárias para o seu funcionamento e tiveram o apoio para instalação dos mesmos, mas, atualmente, não está funcionando por falta de manutenção. Diante dos dados coletados concluímos que o programa existe oficialmente nas escolas pesquisadas, mas na prática, atualmente, não são realizadas a concretização das metas estabelecidas pelas Diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo).

**Palavras-Chave:** ProInfo; Tecnologia; Implementação.

### **INTRODUÇÃO**

Na atualidade, é importante tanto para a cidade, quanto para o campo, o acesso à informação. É necessário construir pontes que levam à informação a comunidade onde a escola está inserida, possibilitando que os discentes façam escolhas autônomas e conscientes na busca da sua cidadania. É a compreensão das informações que torna o sujeito transformador da realidade social.

Com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação - utilização do computador, da internet, da hipermídia, da multimídia, robótica, etc - no ambiente escolar, esses fatores não podem se distanciar dos objetivos da escola ao contribuir na formação dos sujeitos envolvidos. A escola tem uma atuação fundamental no desenvolvimento não só da aprendizagem, mas na construção de sujeitos que busquem utilizar o conhecimento para ser tornar um cidadão ativo na participação social e democrática do país. Como afirma Pais (2008, p. 25),

As práticas educativas devem estar em sintonia com os desafios próprios da sociedade da informação. Se a tendência verificada mostra uma exigência de maior autonomia,



adaptabilidade, iniciativa, criatividade e rapidez, a educação não deve se distanciar da busca dessas habilidades.

O Programa Nacional de Tecnologia (PROINFO) ratificado pelo decreto nº 6.300/07 foi pioneiro ao propor a elevação do acesso do uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas. Segundo os dados do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), no ano de 2014, o número de laboratórios por escolas equivale a 86.794 mil distribuídas em todo país. Especificamente na Paraíba, corresponde no total de 2.896 mil laboratórios distribuídas nas escolas contempladas pelo ProInfo.

Com a implementação do ProInfo nas escolas do município de Bananeiras/PB, apresentamos nossa questão problema: como foi a implementação do ProInfo nas escolas contempladas do município de Bananeiras/PB?. Para responder essa indagação, delimitamos o nosso objetivo em analisar a implementação do ProInfo no município de Bananeiras/PB. Quanto ao objetivo específico, projetou-se em identificar como ocorreu o processo de escolha, estruturação, instalação dos laboratórios de informática nas escolas contempladas pelo ProInfo.

### **Percurso Metodológico**

Para definir o percurso metodológico buscamos instrumentos que possibilitassem uma orientação adequada sobre o objetivo que foi traçado e que direcionassem os melhores caminhos a serem percorridos no decorrer da pesquisa.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, do tipo Estudo de Caso, que segundo Yin (2005, p. 76) “é uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos”. Para análise dos dados, utilizamos da forma descritiva, que vai apresentar a visão dos sujeitos da pesquisa sobre a implementação do ProInfo e as diretrizes que regulamenta o programa nas escolas.

A pesquisa foi realizada nas escolas municipais contempladas pelos ProInfo: Escola Municipal de Ensino Fundamental “Miguel Figueira Filho”, localizada no distrito do Tabuleiro e a Escola Municipal de Ensino Fundamental “João Paulo II”, localizada no distrito de Roma, ambas situadas na Zona Rural do município.

Os sujeitos escolhidos para participar e ajudar a compreender como foi a implementação do ProInfo Município de Bananeiras/PB, foram: a atual secretária de Educação do Município e os gestores das escolas pesquisadas contempladas pelo ProInfo. Ao apresentar as respostas obtidas nas entrevistas, não iremos utilizar os nomes dos entrevistados, respeitando o “Termo de Consentimento



Livre e Esclarecido”, informados e assinados pelos sujeitos da pesquisa, deixando claro nossa ética ao utilizar os instrumentos de coleta de dados para o desenvolvimento e análises da pesquisa.

Utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada que permitiu aos sujeitos argumentar sobre as perguntas propostas, sendo a mesma realizada individualmente com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Com isso, possibilitou uma análise dos dados mais precisa, uma vez que tiveram o contato direto com o entrevistador, permitindo em alguns momentos o esclarecimento de determinadas perguntas e o contato interativo por meio do diálogo. Como explicita Gil (1999, p. 120) “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

### **Utilizando as novas tecnologias no processo ensino e aprendizagem**

A tecnologia inserida no ambiente escolar dinamiza vários objetivos estabelecidos, entre eles, a interação com os instrumentos tecnológicos e a produção de conhecimentos. Para Lévy (1993, p. 73) “os recursos tecnológicos da inteligência e a sua utilização pode resultar em um diferencial qualitativo para a aprendizagem, possibilitando meios para a realização de tarefas físicas e intelectuais”. Ao utilizar esses recursos na educação, não se limita outros instrumentos didáticos, mas contribui na elaboração de novos conhecimentos.

O redimensionamento do espaço escolar ao articular os novos meios no processo didático, não vai substituir mudanças na forma de ensinar ou aprender, mas vai proporcionar uma construção de um conhecimento que seja significativo e que provoque a busca por novas atividades didáticas, que crie novas alternativas de ensino e a troca de saberes partindo dos conhecimentos prévios dos sujeitos e o diálogo com novos conhecimentos. Para que isto ocorra, todos os objetivos devem estar interligados com o papel do professor, ao direcionar sua prática educativa utilizando as novas tecnologias, como afirma Kenski (1999, p. 47),

É preciso que o professor, antes de tudo, se posicione não mais como o detentor do monopólio do saber, mas como um parceiro, um pedagogo, no sentido clássico do termo, que encaminhe e oriente o aluno diante das múltiplas possibilidades e formas de se alcançar o conhecimento e de relacionar com ele.

Todas as propostas que contemplem a utilização desses instrumentos devem direcionar uma prática significativa, que ajude a formar um sujeito crítico, que seja capaz de transformar a sua realidade, que utilize dos meios tecnológicos presentes na sociedade sem ser alienado por eles, podendo usufruir para a construção e busca de novas informações. Como argumenta Pais (2008, p. 23) “o sentido, cresce a cada dia a necessidade de um novo desafio docente que é a competência de



trabalhar com informações, ter competência para pesquisá-las, associá-las e aplica-las às situações de interesse do sujeito do conhecimento”.

No contexto educacional, deve-se ampliar toda a forma de busca pelo conhecimento, seja por meio do livro didático, das vivências dos sujeitos - ao utilizar os instrumentos tecnológicos – e sua participação no meio social, interligando esses fatores a necessidade de construir um conhecimento significativo.

A escola, ao estabelecer seus objetivos e metas para uma educação que torne o sujeito capaz de transformar a sua realidade social e adquirir uma consciência crítica dos fatores que estão ao seu entorno, não se pode deixar distanciar dos acontecimentos e instrumentos que inovam e adentram todo o sistema social. Para Kenski (2007, p. 47), as inserções das novas tecnologias na escola proporcionam que:

[...] não se trata apenas de um novo recurso a ser incorporado à sala de aula, mas de uma verdadeira transformação, que transcende até mesmo os espaços físicos em que ocorre a educação. A dinâmica e a infinita capacidade de estruturação das redes colocam todos os participantes de um momento educacional em conexão, aprendendo juntos, discutindo em igualdade de condições, e isso é revolucionário.

A utilização das novas tecnologias não é constituída de forma pragmática, pronta, um guia a ser seguido, porém, as possibilidades de constituir e colaborar no processo de ensino é vantajoso, pela dinamicidade que ela pode estabelecer na construção de informações. Essa incorporação no cotidiano escolar além de redimensionar a prática educativa, possibilita um diálogo maior sobre os instrumentos tecnológicos que estão presentes na sociedade e como essa apropriação vai permitir a aproximação com as novas ferramentas no cotidiano escolar.

### **ProInfo: inserção nas escolas**

A partir da década de 1970, iniciam-se as discussões a cerca da utilização da informática na educação, primeiramente como afirma Moraes (1995, p. 21) “o objetivo do uso da Informática na Educação era desenvolver e capacitar recursos humanos em informática, elaborar e desenvolver experiências-piloto a nível educacional”. Com uma política educacional voltada para o tecnicismo e o desenvolvimento da indústria naquela época, a implementação dessas políticas visavam à capacitação dos sujeitos para se adequar ao sistema, além de impulsionar a produção industrial nos anos 70. Para Moraes (1993, p.17) “base própria alicerçada por uma capacitação científica e tecnológica de alto nível, capaz de garantir a soberania nacional em termos de segurança e desenvolvimento”.

Na década de 1980, no Brasil, foram realizados debates em relação ao uso da informática na educação, principalmente no I Seminário Nacional de Informática na Educação, realizado pela





Secretaria Especial de Informática (SEI), Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em Brasília e o II Seminário Nacional de Informática Educativa em Salvador. Para Oliveira (1997, p. 31), esses seminários contribuíram de forma significativa em vários sentidos, dentre eles:

Várias recomendações norteadoras que até hoje influenciam a política governamental: que as atividades de informática na educação fossem balizadas por valores culturais, sociopolíticos e pedagógicos da realidade brasileira; que os aspectos técnico-econômicos não fossem definidos em função das pressões do mercado, mas em função dos benefícios sócio-educacionais que pudessem gerar.

Para as concretizações das políticas públicas de informática, foram implementados alguns programas, dentre eles: Projeto Brasileiro de Informática na Educação – EDUCOM, em 1983, que segundo Pretto (1999, p. 5) “constituindo-se numa proposta de trabalho interdisciplinar voltada para a implantação experimental de centros-piloto”, os Centros de Informática Educativa – CIEDs, que visavam para Oliveira (1997, p. 45) “a formação de professores e técnicos das redes municipais e estaduais de ensino de todo o país para o trabalho com Informática Educativa, de modo a tornarem-se agentes catalisadores junto às suas redes de ensino”, o Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE, que nas suas diretrizes (Brasil 1993, p. 71) buscava “incentivar a capacitação contínua e permanente de professores, técnicos e pesquisadores no domínio da tecnologia de informática educativa, em todos os níveis e modalidades de ensino”, dentre outros programas.

O ProInfo surge inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, criado pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 522 em 09/04/1997, com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio. A partir de 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do Decreto nº 6.300, o ProInfo passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional, tendo como principal objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, equipando as escolas com computadores, tecnologias da informação, conteúdos educacionais, além de oferecer internet banda larga nas escolas contempladas pelo programa. Ele se dividiu em ProInfo/Urbano e ProInfo/Rural para atender as reais necessidades de determinadas localidades, e o município ou o estado deve seguir três passos: a Adesão, o Cadastro e a Seleção das escolas a serem contempladas.

Não basta apenas incluir a tecnologia digital nas escolas é preciso oferecer as condições para que o uso dela tenha por base uma mediação pedagógica no processo educativo. Como afirma Almeida (2005, p. 31) ao se referir ao ProInfo,

O que caracteriza este programa e o distingue dos anteriores é que a meta principal do ProInfo é colocar o computador dentro da escola, permitindo aos alunos do sistema público de ensino – cujo baixo poder aquisitivo não possibilita o acesso à tecnologia computacional – a utilização do computador na aprendizagem de distintas áreas do saber, segundo seus interesses e necessidades e sem o direcionamento de um currículo de informática previamente estabelecido.

Nesse sentido os laboratórios de informática e a utilização dos softwares educativos contribuem para uma aprendizagem significativa, e permite que a informação seja sistematizada de modo crítico. Diante de um bom planejamento, o professor possa utilizar esse instrumento como ferramenta do processo de ensino. Sobre a introdução da tecnologia na educação Masetto (2009, p. 139), enfatiza que o papel tecnológico reveste-se sobre:

Um valor relativo e dependente do processo, ela tem sua importância apenas como instrumento significativo para favorecer a aprendizagem de alguém. Não é a tecnologia que vai resolver ou solucionar o problema educacional do Brasil. Poderá colaborar, no entanto, se for usada adequadamente, para o desenvolvimento educacional de nossos estudantes.

O papel da tecnologia é colaborar no desenvolvimento do ensino, é transformar a realidade social e oportunizar o acesso aos meios adequados para o uso dos computadores utilizando os instrumentos tecnológicos como uma forma de contribuir para um ensino que busca um sujeito ativo e consciente de suas atitudes e valores.

### **Acesso às escolas à tecnologia**

No Brasil diversas políticas de inclusão digital foram/são implantadas em todo país, como informa o Ministério da Educação (MEC) “o ProInfo, o computador por aluno, o tablete por aluno”, chegando a escola como programas que contribuam no processo de ensino. Contudo, para haver a verdadeira equidade de acesso da escola a essas políticas, a mesma deve se preparar estruturalmente e buscar formações para professores e equipe pedagógica.

No caso do ProInfo, o Município quando adere ao programa, fica com a responsabilidade da estruturação física da escola. Para compreender como foi feita as escolhas das escolas perguntamos a secretária, “*como foi feita a escolha das escolas para serem contempladas com o ProInfo e se precisou de algum cadastramento?*”, ela respondeu que:



Nós nos cadastramos no Sigetec que é o sistema que mostra todos esses programas de tecnologia. Quando o sistema é aberto, e tem o programa, clica-se no programa e vai ter nas escolas pré-selecionadas pelo governo federal, de lá no caso já vem uma pré-seleção, dessas nós dizemos as que achamos que tem condições de receber o programa, adotando alguns critérios, já que o governo exige uma sala com forro, piso, com segurança, uma sala arejada, instalação elétrica adequada, então a gente vê qual escola apresenta essa estrutura que suporte tudo isso, porque não adianta dizer que queremos, e não ter condições de receber, até porque a partir do momento que confirmamos lá no sistema que determinada escola está apta para receber o programa, temos 30 dias para organizar a sala e nem sempre é possível nesse tempo organizar-se uma sala para receber aquele material.

Para que haja uma implementação dos laboratórios de informática nas escolas, precisa-se de um planejamento adequado e uma qualificação profissional que direcione os processos a serem seguidos no decorrer dos desenvolvimentos dessas atividades. Para isto, o MEC disponibiliza a “Cartilha de Recomendações para a Montagem nas Escolas”. Nessa cartilha são estabelecidos requisitos para estrutura da “instalação elétrica, a segurança necessária exigida nos laboratórios de informática, as recomendações opcionais, disposições dos equipamentos e o cuidado com os equipamentos” (MEC, Cartilha).

Perguntamos a secretária de educação “*como foi a implementação do ProInfo nas escolas*”, ela respondeu que:

Os computadores da escola do Tabuleiro quando chegaram, ficaram lá parados, até que viesse a instalação, os mesmos já estavam danificados e danificados ficaram, porque quando vieram instalar já estavam danificados, não fizeram a substituição e quando o técnico da prefeitura foi fazer o levantamento dos computadores, tinha deles que não valia mais a pena consertar porque não compensava, já eram antigos, de 4 máquinas, se não me engano, conseguiram transformar em 2, que hoje estão sendo usados na secretaria da escola, por que no caso não é o MEC que manda a assistência técnica, a responsável é a Positivo, que é a marca que fornece os computadores, a manutenção cabe a mesma, porque não podemos mexer e nem podemos mudar o sistema, já que os computadores vem todos com o Linux Educacional, se colocarmos o Windows neles somos multados, tanto o diretor da escola, quanto o gestor municipal, há uns 8 ou 10 meses atrás, quando fomos ao treinamento, a multa naquela época era de R\$ 5000,00 por máquina, temos sempre o cuidado para não modificar o sistema dos computadores.

Diante dessa resposta indagamos a secretaria se “aconteceu ou acontece alguma fiscalização do MEC nos laboratórios de informática?”, ela respondeu que “*nunca chegou fiscalização, o pessoal do MEC sempre diz que a fiscalização vai chegar para olhar os laboratórios, mas nunca chegou*”. Segundo as Diretrizes do ProInfo, todas as distribuições feitas pelo MEC para as escolas não podem ser instaladas ou terem seus lacres tirados dos computadores, sem a autorização do técnico responsável e a instalação feita pela empresa escolhida para a manutenção de 3 anos de todo o equipamento, como afirma a sua própria Diretrizes (2007, p. 07):

Quando o laboratório chegar a orientação é a de não abrir as caixas em hipótese alguma, podendo ocasionar a perda da garantia dos equipamentos que foram abertos. As empresas fornecedoras têm um prazo de 30 dias após a entrega para realizar a instalação, aguarde o contato para agendar a instalação, que deverá ser realizada exclusivamente pelos técnicos



autorizados. Antes de permitir a instalação garanta que os técnicos são realmente da empresa em questão através de suas credenciais e documentação operacional, que deve conter a identificação da empresa responsável, conforme descrito acima.

No caso da E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho, o gestor afirmou que:

Essa informação você me deixou na dúvida, porque eu ainda não era o gestor da escola, mais eu sei que a escola foi contemplada pelo MEC em 2008 com 10 a 12 computadores, e o pessoal veio fazer a instalação, mas tinha um profissional responsável do MEC, por que nem todo mundo poderia manusear os equipamentos, tendo em vista que era algo doado pelo governo federal, os equipamentos foram colocados, mais esse técnico depois nunca veio fazer a instalação, inclusive recebemos uma antena parabólica, que é um sinal via satélite de Internet, que seria usada justamente para o laboratório de informática, mas até hoje o técnico não veio.

Segundo o gestor da E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho” e a própria Secretária de Educação, a estrutura foi organizada para receber os computadores, mas o processo de instalação não foi concluído por falta de acompanhamento do técnico responsável. Como não houve o processo de instalação, a sala funciona hoje como espaço para os professores e outros fins. Ao perguntar se “gestão escolar entrou em contato com o MEC para que mandasse o técnico responsável”, o gestor afirmou que:

A antiga gestora e a secretaria de educação mandaram e-mail solicitando, pedindo até a autorização para que a gente ligasse e utilizasse esses computadores, e até ano passado, quando o fiscal do INEP chegou, que viu que eu tinha ligado às máquinas para ressuscitar, porque aqui tem máquinas antigas e outras mais recentes, ele até não gostou, até reclamou um pouco, porque não poderíamos ter ligado ou mexido, e eu disse que foi o meio que a gente utilizou para tentar fazer uso dessas máquinas para determinados fins, para não perdê-las de vez.

Percebe-se que o problema na escola E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho” só aumentou no decorrer dos anos e eles que foram contemplados com o laboratório de informática, não chegaram a usufruir dos benefícios de utilizar esses instrumentos na prática pedagógica. Ao indagar a secretária de educação sobre esse problema, perguntamos se “a secretaria entrou em contato com o MEC para informar a não funcionalidade do laboratório de informática? E se chegaram a receber resposta do mesmo sobre o assunto?”, ela respondeu que:

Tentamos entrar em contato com o MEC pelo Fale Conosco, mas não obtivemos resposta, e acredito que é uma política quase que descontinuada, porque recebemos esses laboratórios e não veio mais nenhuma aplicação para outras escolas, recebemos no colégio Emília depois, que é na cidade e aderimos para receber um laboratório no Jaracatiá e outro no Joaquim Florentino, até hoje estamos na espera, inclusive no próprio Joaquim foram feitas as bancadas, e toda a estrutura de mesas para os computadores que seriam 10, e nunca chegaram, construímos a sala inclusive, porque lá não tinha, e nada de chegar, na mesma forma no Jaracatiá, que tivemos uma reforma na escola, aumentamos uma sala de aula, porque tínhamos aderido ao ProInfo lá e nunca chegou.

As dificuldades são inúmeras apresentadas pela fala do Gestor E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho” e a Secretária de Educação, as formas de implementação não aconteceram como planejado e como deveriam acontecer nas Diretrizes que regem o ProInfo. Diante do problema, a escola recuperou 02 computadores, que são utilizados para pesquisa de professores e de alunos na escola, o restante ficou guardado na despensa da escola. O mesmo aconteceu com as impressoras, e toda a estrutura que o MEC disponibiliza para os laboratórios de informática - como as mesas, as cadeiras, os estabilizadores, etc.

Diferentemente da E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho”, a escola E.M.E.F. “João Paulo II”, recebeu os computadores de informática, com as instalações necessárias para o seu funcionamento tiveram o apoio para instalação dos mesmos, segundo o gestor:

Recebemos os computadores e a estrutura do laboratório de informática, sendo acompanhado pela secretaria de educação, logo após vieram instalar os computadores, e veio uma pessoa para dar um curso de Linux Educacional e assim continuou o uso do laboratório.

A escola E.M.E.F. “João Paulo II” foi contemplada no ano de 2008 com 12 computadores e a estrutura necessária para o funcionamento do laboratório. O laboratório de informática da escola funcionou durante 4 a 5 anos, como informou o Gestor da E.M.E.F. “João Paulo II” - durante a visita nos laboratórios de informática - mas no atual momento ele não funciona por falta de manutenção dos computadores e a renovação das máquinas. Perguntado se “*a escola recebeu manutenção dos laboratórios de informática durante a garantia do MEC? E porque não está funcionando no momento*”, o gestor respondeu que:

O pessoal do MEC não veio fazer a manutenção quando precisou, e assim, acabaram aparecendo computadores que pararam de funcionar e ficaram parados. De 3 anos para cá, a prefeitura contratou uma pessoa, um técnico, para realizar a manutenção, aí o mesmo sempre fez a manutenção tanto do laboratório como dos outros computadores da escola, assim como das impressoras, mas chegou um momento que os computadores começaram a ficar mas danificado e a secretaria e a nossa própria escola fica de mãos atadas, porque teriam que comprar novos computadores, trocar os nossos do laboratório, e eles não tem condições para isso. (Gestor B)

Tanto os gestores da E.M.E.F. “João Paulo II” e E.M.E.F. “Miguel Figueira Filho” e a fala da Secretária de Educação, afirmaram dificuldade em realizar a manutenção dos laboratórios de informática, ocorrendo um silenciamento de diretos e a falta de recursos para que haja um eficaz funcionamento dos laboratórios de informática nas escolas contempladas pelo ProInfo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos dados coletados concluímos que o programa existe oficialmente nas escolas pesquisadas, mas na prática, atualmente, não funciona. Na escola EMEF “Miguel Figueira Filho”, os computadores e toda estrutura referente ao laboratório de informática não chegaram ao funcionamento e com o passar do tempo acabaram “sucateados” na dispensa escolar. Na escola EMEF “João Paulo II”, o laboratório de informática funcionou por algum período e, hoje, não funciona por falta de atualização de novas máquinas, justificativa apresentada pelo gestor.

Para o funcionamento dos laboratórios de informática disponibilizados pelo ProInfo, faz-se necessário uma organização estrutural adequada e um currículo que compreenda a utilização da tecnologia para fins educacionais, não apenas ter os computadores, mas que estes possam gerar oportunidades para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, na busca por novas informações e que os discentes tenham autonomia e criticidade para utilizar a tecnologia no seu desenvolvimento intelectual. Com tudo, os espaços tecnológicos contemplados nas escolas, devem oportunizar o desenvolvimento de novos conhecimentos, permitindo que haja uma articulação entre a tecnologia e o currículo, para que as práticas de ensino sejam comprometidas para transformação da realidade em que a escola esteja inserida.

É necessário que haja um comprometimento dos poderes que estão à frente da elaboração das políticas públicas de inclusão digital nas escolas, para que realmente os programas sejam concretizados, que analisem realmente as necessidades escolares e que façam diagnósticos com a finalidade de melhorar a qualidade da educação. É preciso investir nas estruturas físicas das escolas, nas formações continuadas dos professores, nas fiscalizações e manutenções dos laboratórios de informática, trazendo os benefícios da utilização dos instrumentos tecnológicos para construção de uma consciência crítica e transformadora da realidade social.

As novas tecnologias não se restringem apenas aos novos instrumentos tecnológicos presentes nos laboratórios de informática das escolas, elas estão presentes no dia-a-dia, por isso, em pleno século XXI, a escola ao utilizar os instrumentos tecnológicos, pode potencializar os significados no ensino e aprendizagem e a contribuição desse recurso no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando José. **Educação e informática**: os computadores na escola. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. **Cartilha de Recomendações para a Montagem de Laboratórios de Informática nas Escolas Urbanas**. Disponível em: <[http://sip.proinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilha\\_urbana.pdf](http://sip.proinfo.mec.gov.br/upload/manuais/cartilha_urbana.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes do Programa nacional de Informática na Educação** – **ProInfo**. Disponível em: [http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo\\_diretrizes1.pdf](http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/proinfo_diretrizes1.pdf) Acessado em: 01 de Outubro de 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2015

BRASIL. **Ministério da Educação**. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/>> Acesso em: 11 mar. 2016

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

KENSKI, V. M. "**Professores, o futuro é hoje!**" In Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro. Revista da ABT. 1999.

MASETTO, Marcos T. **Mediação pedagógica e o uso de tecnologia**. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2009.

MORAES, Maria Candida. Informática educativa no Brasil: um pouco de história... In: **Em Aberto**. Brasília, ano 12, n. 57, jan./mar. 1993. p. 17-26.

MORAES, Raquel de Almeida. Educação, Informática e Sociedade: o processo de informatização do ensino público no Brasil. In: **VI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. Nov. 1995. Florianópolis. p. 15-26. (ANAIS).

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2000.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática Educativa**. Campinas, SP : Papirus, 1997. 176 p

PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRETTO, Nelson de Luca. Políticas Públicas Educacionais: dos materiais didáticos aos multimídias. **Anais 22ª Reunião Anual da ANPED** (CD-ROM), sessão especial n. 5. Caxambu, MG, 26-30 set. 1999.

VALENTE, J.A. Diferentes usos do computador na educação. In: \_\_\_\_\_. **Computadores e conhecimento: repensando a educação**. Campinas: Gráfica Central da UNICAMP, 1993.

YIN, R.K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**

LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

